



A POLÍTICA SOCIAL E OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE

SOCIAL POLICY AND THE CHALLENGES OF CONTEMPORARY

Luiza Yara da Silva Mesquita

Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo abordar a Política Social seguida de alguns conceitos e determinações históricas. Desta forma, a Política Social será analisada na visão de alguns autores que trabalham essa temática de um modo atual e diversificado, seguindo uma linha de pensamento que trata a mesma como um conjunto de interesses que veio para atender tanto os interesses da sociedade quanto dos detentores do poder. Paradoxalmente, registram-se avanços na conquista dos direitos sociais, da Seguridade Social num contexto de questionamentos do atual modelo de Estado, em razão da crise estrutural do capitalismo. Várias transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas no contexto do capitalismo contemporâneo tiveram e vêm tendo seus rebatimentos nas políticas sociais, particularmente para a seguridade social, apontando como exemplo: a mercadorização da saúde e dos direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Política Social. Capitalismo. Contemporaneidade.

ABSTRACT

This article aims to address Social Policy followed by some historical concepts and determinations. In this way, Social Policy will be analyzed in the view of some authors who work on this theme in a current and diversified way, following a line of thought that treats it as a set of interests that came to serve both the interests of society and the holders of power. Paradoxically, there are advances in the conquest of social rights, Social Security in a context of questions of the current state model, due to the structural crisis of capitalism. Several social, economic, and political transformations that occurred in the context of contemporary capitalism have had and are having their repercussions in social policies, particularly for social security, pointing as an example: the commodification of health, and the refilanthropization of social rights.

KEY WORDS: Social Policy. Capitalism. Contemporaneity.

1 INTRODUÇÃO



O texto apresentado é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), entregue a coordenação de Pós-Graduação em Serviço Social na Faculdade Ademar Rosado, Teresina – PI, no segundo semestre do ano de 2017, para a obtenção do título de Especialista em Elaboração e Gestão de Projetos Sociais.

Neste estudo bibliográfico buscou-se fazer um resgate dos pontos mais importantes e expressivos que marcaram a história das políticas sociais brasileira, como o Estado lidava com essas políticas no início do século XX, além disso, buscou-se trazer uma concisa reflexão acerca dessa Política Social e seus rebatimentos na contemporaneidade; desta forma o presente artigo visa abordar a Política Social seguida de alguns conceitos e determinações históricas.

Desta forma, o presente artigo estruturar-se-á em dois tópicos: no primeiro será realizado um breve debate conceitual a respeito da Política Social; serão levantadas algumas linhas de pensamento sobre o termo Política e os seus reflexos na atual sociedade. No tópico seguinte, se buscou retratar os avanços e desafios da política social na contemporaneidade, política essa que tem sofrido vários desmontes e retrocessos de direitos. Por último destaca-se as considerações finais que faz um apanhado geral, o resgate das questões que foram retratadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

2 DEBATE CONCEITUAL SOBRE A POLÍTICA SOCIAL

A existência de políticas sociais está associada ao surgimento da sociedade burguesa, ou seja, do chamado modo capitalista de gerar e reproduzir-se em meio às relações sociais. Evidentemente, que não desde os seus primórdios, mas quando se tem um reconhecimento da “questão social” quando apareceram as mazelas da sociedade que houve o seu reconhecimento e foi em meio à reprodução da força de trabalho que os trabalhadores assumiam um papel político e até revolucionário (BEHRING, 2000; NETTO, 1999).

As discussões sobre a política social têm levantando intensos debates. Importantes autores como Pereira trazem diversos conceitos sobre essa temática. Para introduzir o debate Pereira traz a seguinte definição:

Representações institucionais de interesses, demandas e necessidades (do trabalho e do capital) sociais diferenciadas, determinadas em última instância por conflitos estruturais relacionados à questão da socialização do trabalho assalariado, dos quais

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



resultam linhas de conduta coletiva (política) ou decisões, visando o desmonte do conflito, sem destruição das partes envolvidas.¹

Diante dessa definição pode-se perceber que a política social veio para atender tanto os interesses da sociedade quanto dos detentores do poder. É em meio a esse jogo que a política atua, mas o que se observa é que os interesses da classe dominante são inquestionavelmente atendidos. Enquanto isso a classe trabalhadora, arduamente explorada, luta para que essa política seja, de fato, voltada para o benefício da coletividade.

A política social faz parte de um complexo político- institucional chamado de Seguridade Social que na década de 40 foi inaugurado na Inglaterra, onde a Política Social passou a ser reconhecida como direito; esta por sua vez compõe a base conceitual e política do Estado de Bem-Estar Social (PEREIRA, 1998).

As políticas sociais brasileiras inicialmente eram destinadas a minimizar as expressões da questão social que, nas primeiras décadas do século XX, era tratada como questão de polícia. Elas sempre tiveram um caráter assistencialista, paternalista e clientelista, com o qual o Estado, por meio de medidas paliativas e fragmentadas, intervinha nas manifestações da questão social, preocupado, primeiramente, em manter a ordem social (VIEIRA,1997). São elas formatadas a partir de um contexto autoritário no interior de um modelo de crescimento econômico concentrador de renda e socialmente excludente. Assim afirma Vieira (1997, p.68):

A política social brasileira compõe-se e recompõe-se, conservando em sua execução o caráter fragmentário, setorial e emergencial, sempre sustentada pela imperiosa necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se e aceitam seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade.

Como determinantes históricos decisivos do desenvolvimento do Sistema de Proteção Social, Pereira (1998) aponta a questão social e a crise econômica. Para a autora, surge uma nova classe de assalariados industriais, cuja consciência de classe determinou, em grande parte, o estabelecimento da legislação social e de um conjunto de medidas, tais como: política de pleno emprego; serviços sociais universais e, conseqüentemente, a extensão da cidadania aos direitos sociais, além dos civis e políticos.

É importante ressaltar que, como em qualquer tema vinculado a questão social, no aspecto das concepções teórico-metodológicas acerca da Política Social, do Estado de Bem-

¹ Conceito enunciado pela Professora Potyara Pereira em uma Palestra realizada no Curso “Dilemas Contemporâneos do Estado de Bem-Estar e das Políticas Sociais”, realizado em maio de 1994, com apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Estar Social e das demais categorias analíticas que norteiam este estudo, destaca-se o fato de existirem diferentes formas de interpretar e analisar tais fenômenos. Partindo da ideia dessa relação conflituosa, as Políticas Sociais não poderiam ser pensadas como meras concessões do capital ou como mera vitória dos trabalhadores, mas sim, devem ser compreendidas como produtos dessas relações contraditórias entre estas diferentes esferas da produção e reprodução social.

Convém analisar as Políticas Sociais como uma unidade contraditória, como foi dito anteriormente, pois ao mesmo tempo em que atende positivamente aos interesses dos representantes do trabalho, proporcionando-lhes ganhos reivindicativos na sua luta constante contra o capital, também atende positivamente aos interesses da acumulação capitalista, preservando o potencial produtivo da mão-de-obra e, em alguns casos, até desmobilizando a classe trabalhadora, que diante da realidade este representa o seu principal objetivo: fragmentar, enfraquecer a luta.

Para que os direitos sociais possam ter efetiva implementação mostra-se necessário que o poder Legislativo junto com o poder Judiciário promova a elaboração e o cumprimento das políticas públicas, traçando estratégias de atuação na busca da efetivação de tais direitos. Mas não basta só a atuação dos poderes, esses direitos dependem de recursos para serem totalmente efetivados, eis um dos grandes desafios que se apresenta à política.

Contudo, é importante lembrar que o Estado passou e passa por tensões, ou melhor, o capitalismo começou a dar sinais de crise. Conforme Mota,

[...] final da década de 60, quando as economias centrais começam a apresentar sinais de declínio do crescimento econômico, evidenciando o início da saturação daquele padrão de acumulação. A queda das taxas de lucro, as variações da produtividade, o endividamento internacional e o desemprego são indícios daquele processo (MOTA, 1995, p. 49).

Isto tudo representa uma crise global, que desde a década de 60, no período do século XX vem apresentando sinais de colapso. Diante disso, devido a essa conjuntura a economia, o mercado que antes produziam em larga escala, agora operam no mínimo, houve um declínio na procura, um novo modelo produtivo passa a vigorar: o neoliberal. Este tem como premissa a informalidade no trabalho, o desemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma nova pobreza. O neoliberalismo consiste na sustentação da tese segundo a qual o mercado é o principal e insubstituível mecanismo de regulação social, onde afirma enfaticamente a defesa do Estado mínimo. O propósito do neoliberalismo é combater as

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



políticas macroeconômicas de matriz keynesiana e o combate à garantia dos direitos sociais, defendendo como meta a estabilidade monetária (SOARES, 2000).

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas décadas presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho [...]. Como resposta do capital à *crise estrutural*, várias mutações vêm ocorrendo e são fundamentais nesta viragem do século XX para o século XXI. [...] intensificaram-se as transformações no processo produtivo, com o avanço tecnológico [...]. [...] produção muito vinculada à demanda; [...] tem como princípio [...] o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo [...] placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que [...] devem ser mínimos. [...]. A falácia de *qualidade total* passa a ter papel de relevo no processo produtivo. [...]. Esta forma flexibilizada de acumulação capitalista, baseada na *reengenharia*, na *empresa enxuta*, [que busca a terceirização], [...]. (ANTUNES, 2001, p. 35-42, grifo do autor)

Pode-se perceber que em relação às transformações presenciadas pela sociedade contemporânea enfatizam uma mudança drástica no mundo do trabalho. O mercado de trabalho passou a exigir muito do trabalhador no que diz respeito ao desempenho de suas funções; o assalariado tem que saber exercer diferentes papéis num curto espaço de tempo. Tem que produzir mais e com boa qualidade. Mas nem todos conseguem acompanhar esse ritmo de trabalho, acabam sendo excluídos por não possuírem habilidades que contribuíram para o crescimento da empresa capitalista.

Em relação a isso, observa-se que enquanto existem milhares de pessoas não qualificadas, existe um exército industrial de reserva, esperando por uma oportunidade, para exercer atividade que o mercado exige. Diante disso, afirma Antunes (2001, p.44), que no mercado “verifica-se um aumento do desemprego, uma divisão da classe trabalhadora- em grupos qualificados e desqualificados”.

Percebe-se que, devido ao aumento do desemprego muitas famílias não possuem condições de promoverem o seu sustento. As transformações no mercado de trabalho acabam fragilizando os vínculos familiares, devido a falta de perspectiva ocasionadas por não conseguirem emprego, que acaba gerando preconceito, exclusão de muitas pessoas pelo sistema. Antunes (2001, p.44) afirma ainda que “diante disso, vemos que o Estado deveria intervir na geração de renda, minimizando os problemas desses grupos sociais”, oportunizando a essas pessoas uma qualificação profissional, para que consigam ingressar no sistema capitalista.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Nesta conjuntura, há mais famílias atingidas pela não inserção ao mercado de trabalho, ficando vulneráveis e até mesmo excluídas pelo sistema, em especial a população urbana. Muitas dessas famílias que antes residiam no meio rural passam a morar na zona urbana na expectativa de encontrar melhoria para garantir sua subsistência. Pelo fato de não estarem preparadas/qualificadas para a exigência do mercado acabam sendo vítimas do sistema capitalista. Para melhor compreensão, (LÓPES, 1992 *apud* GOLDANI, 1994, p.11) afirmam:

A maior parte dos domicílios brasileiros em 1989 (77%) residiam em áreas urbanas e um terço deles se encontrava abaixo da linha da pobreza. [...] A pobreza nas áreas urbanas está estratificada, tem um perfil bem definido e separa o país em dois. Com cerca de 40% da população urbana residindo em domicílios classificados como pobres, em 1989, encontra-se que 12% destes apresentavam uma pobreza estrutural 21% seriam pobres mais recentes, e 6% pobres com necessidades básicas insatisfeitas.

Os dados apresentados acima retratam como se configuravam os lares brasileiros na década anterior. Diante disso, percebe-se que uma parcela da população vive em situação de pobreza e/ou de extrema pobreza e muitas delas não conseguem um emprego digno, que garanta a subsistência dos membros familiares. Em relação a isso, Gueiros (2002, p.116) comenta que:

[...] em 1998, 14,3% dos domicílios declararam não dispor de rendimentos suficientes para arcar com despesas de alimentação; 14,7% não dispunham de renda suficiente para arcar com aluguel ou prestação da casa; e 11,1% não dispunham de recursos para assumir custos de água, luz e gás.

Devido a esse processo fugaz, efêmero, pais e filhos, vivem a desestruturação familiar, pela ausência de um projeto que afirme a perspectiva de vida, acabam se refugiando, por exemplo, na dependência química, tendo a como única solução para seus problemas (PAYÁ, 2011). Com a reestruturação produtiva, o mercado acaba selecionando aqueles que são aptos ao trabalho, que não apresentam nenhum tipo de problema, que não comprometam o processo produtivo, que tenham um nível elevado de qualificação. Por conta das drogas muitas pessoas que antes tinham uma vida saudável, bom emprego, acabam não mais conseguindo voltar para o mercado de trabalho. Há também aqueles indivíduos que tentam o primeiro emprego e são recriminados. Situação retratada por Andrade (2000, p. 180-181), quando fala do processo de reestruturação produtiva:

A crescente incorporação de ciência e tecnologia ao processo produtivo e a exigência de funcionários mais flexíveis para atender aos objetivos da acumulação, fez com que a demanda por formação intelectual até então restrita a um reduzido



número de funções, passe a ser exigida para o conjunto dos postos transformados pela reestruturação produtiva.

Percebe-se que a qualificação, não garante efetivamente um emprego para todas as pessoas, porque o sistema capitalista no qual todos estão inseridos não atende qualquer demanda, só atende trabalhadores habilitados e capacitados, sem nenhum tipo de problema, que cause danos/ prejuízo para o sistema.

Com isso, sabe-se que o mercado de trabalho proporcionará a qualquer pessoa condições de sobrevivência, e acima de tudo, um meio de garantir plenas condições de alcançar a verdadeira cidadania. Desta forma, Iamamoto (2001, p. 87) se posiciona:

Ao mesmo tempo em que se restringem as oportunidades de trabalho, o acesso ao trabalho continua sendo uma condição preliminar de sobrevivência da maioria da população, alijada de outras formas de propriedade que não seja a sua capacidade de trabalho. [...] essa redução do emprego, aliada à retração do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida.

Diante disso, pode-se afirmar que culturalmente, o ser humano só é aquilo que tem; sua dignidade está diretamente ligada à sua capacidade de produção, ou seja, se está habilitado para desempenhar qualquer função que o mercado exigir. A vida profissional para muitos é um grande desafio, considerando o contexto atual. Desta maneira apresentam-se inseridos nesse contexto a discriminação, as desigualdades sociais que estão cada vez mais presentes na sociedade capitalista (ALMEIDA, 2000).

Partindo desse pensamento pode-se considerar que a Política Social foi criada para amenizar a situação de vulnerabilidade social e atender as demandas de uma parcela da população que se encontra desprovida dos mínimos sociais. Para tanto, é importante que seja feita uma análise sobre os avanços e desafios da Política Social na contemporaneidade e os desmontes que a mesma vem sofrendo, para melhor compreensão da temática. No tópico seguinte serão realizadas tais análises.

3 AVANÇOS E DESAFIOS DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Ao longo dos séculos pode-se perceber que as Políticas Públicas passaram por avanços e desafios, assim nota-se que a mesma é composta por políticas econômicas e sociais e têm no Estado o seu formulador e executor. Considera-se que as políticas sociais, na ordem burguesa,

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



terão sempre limites, relativos ao próprio sistema capitalista e que também está submetida às necessidades da política econômica. Em relação ao conceito de Política Social destaca-se:

Expressão tradicionalmente consagrada como referente a ações governamentais dos Estados modernos tendo em vista atender a redução das consequências da pobreza em diversas áreas de serviços, como educação, saúde, habitação, previdência etc. Essas ações visam equacionar, em alguns casos, ou minimizar, em outros. (GENTILLI, 2007, p. 77-78).

Percebe-se que de acordo com a autora a Política Social foi criada para minimizar os problemas vivenciados pela sociedade moderna, os quais abrangem diferentes áreas tais como: saúde, habitação, educação entre outros. Portanto ela traz no seu cerne a finalidade de promover ações que busquem a garantia de direitos aos cidadãos que dela necessitem.

A exemplo disso, tem-se a Política de Saúde que nos dias atuais tornou-se uma estratégia encontrada pelo Governo de se utilizar do caráter complementar e suplementar de organizações, entidades, instituições privadas que tomaram mais espaço pela via do setor privado. Observa-se o caráter contraditório da Política Pública no qual seu princípio norteador é um sistema de saúde universal, igualitário, e que seja direito de todos e dever do Estado.

O Sistema Único de Saúde (SUS) idealizado em sua origem não é o vigente atualmente, não por que seus princípios deixaram de existir, mas pelas interpretações que são feitas deles hoje. É possível perceber, a saúde como espaço de lucratividade para o mercado. Ao reconhecer esta dimensão mercadológica, permite-se visualizar a saúde não como espaço de direito universal à sua população e sim, como mais uma área com potencial que visa o capital. Desta maneira compreende-se que a Política Social acaba se fragilizando e não cumprindo com seu verdadeiro objetivo: que é o de promover inclusão e fazer efetivar direitos aos cidadãos que precisam de atenção e amparo do Governo.

A trajetória do SUS é marcada por intensas disputas entre os projetos político-econômicos que orientaram sua implementação. Tem-se até os anos 2000 a disputa entre o projeto privatista e o projeto da Reforma Sanitária, porém hoje há uma terceira perspectiva que aparece em cena para englobar as duas anteriores. E o que se observa é um sistema sendo influenciado pela ideologia neoliberal o que proporciona cada vez mais abertura para o capital.

A lógica do Estado mínimo neoliberal que se implanta no Brasil nos anos de 1990, potencializa o fato de que os problemas do SUS são do cotidiano e não reconhecem as causas históricas estruturais, no qual indicam como remédio mudar a forma da gestão pública.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Fazendo com que se acredite que a única solução para resolver tais problemas é entregar o SUS para empresas privadas (HELENA *et al*, 2013).

Nesse contexto, ressalta-se o papel da Participação Social no processo de construção das Políticas Públicas, não só da área da saúde como das demais áreas, como forma de garantir a cobertura e alcance das mesmas, é por meio dessa participação que ocorre o controle público da política, é onde os sujeitos se percebem como atores principais na tomada de decisão. Desta forma, entende-se que a participação não é somente uma ação individual, mas também coletiva e ela representa um valor democrático, uma necessidade para o desenvolvimento social. Dessa maneira, pode-se denominar essa participação como Participação Cidadã que é entendida da seguinte maneira:

Processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. Esse fortalecimento dá-se, por um lado, com a assunção de deveres e responsabilidades políticas específicas e, por outro, com a criação e exercício de direitos. Implica também o controle social do Estado e do mercado, segundo parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos pelos diversos atores sociais e políticos (TEIXEIRA, 2002, p. 30).

No entanto, essa participação, na maioria das vezes, é vista de forma fragmentada pois alguns dos sujeitos envolvidos nesse processo não tem acesso a informação, formação e organização política. E isso gera uma luta enfraquecida na busca para a efetivação dos direitos sociais e para a construção das Políticas. A confrontação destes aspectos evidencia os avanços e limites da Política Social, da participação popular na contemporaneidade. E isso constitui um espaço de mediação entre os interesses do Estado e os anseios da população.

Na dinâmica do funcionamento do Estado capitalista existem contradições que são configuradas de duas formas, de um lado está a máquina estatal que serve amplamente aos interesses da classe dominante, mas sua própria universalização exige que ele dê atenção à sociedade como um todo. Pois da mesma forma que ele ajuda a explorar os trabalhadores, tem que atender suas reivindicações (PEREIRA, 2009).

É inegável que com a Constituição Federal de 1988 ocorreram avanços, pois essa trouxe em seu cerne a reestruturação do sistema de proteção brasileiro. A política que foi ancorada a partir de então tinha caráter público e baseava-se na cidadania. Para muitos estudiosos a Política Social em uma perspectiva mais real não desapareceu apenas ocorreu uma reestruturação e mudança de seus conteúdos.

Atualmente o que se pode perceber é que está ocorrendo uma mercantilização da Política Social ou a remercantilização dos direitos sociais, deixando de ser a linha mestra para



dar lugar ao mérito individual. E como consequência tem-se a reestruturação da política que em curtos passos traz a igualdade de oportunidades e nunca a de resultados. Tal fato pode ser notado por meio das iniciativas em cortes públicos na área social e na expansão das Políticas Sociais compensatórias e focalizadas na extrema pobreza (PEREIRA, 2009).

Como consequência também da reestruturação produtiva, como foi mencionado anteriormente, pode-se apontar a desresponsabilização do Estado em relação aos seus deveres, passando para a sociedade a centralização dos serviços por meio de incumbências que deveriam ser do próprio poder público. Da mesma forma a sociedade pode ser observada como um espaço que ao invés de funcionar como ambiente de lutas e movimentos sociais passa a atuar como mero colaborador da tomada dos seus direitos. Direitos esses que foram conquistados no decorrer de anos de lutas e desafios.

Esse é o cenário das Políticas Sociais que tem afetado as famílias, que tem deixado de lado o real sentido e significado da proteção social. É por meio da diminuição do Estado como protetor que há o aumento das privatizações, oferecendo para a sociedade uma nova roupagem do velho. Assim, muitos direitos conquistados foram sendo aniquilados pela máquina estatal, aumentando cada vez mais as disparidades sociais que torna a persistir na contemporaneidade.

Em síntese, pode-se destacar que as políticas sociais foram criadas para manter a força de trabalho econômica e politicamente articuladas e não comprometer o processo de exploração capitalista sobre a classe trabalhadora. O que se observa é um Estado que tenta camuflar a real situação do país apresentando estatísticas ilusórias em que milhares de pessoas deixam a linha da pobreza, porém há um expressivo aumento das desigualdades sociais.

Eis o grande desafio, combinar medidas emergenciais capazes de enfrentar a miséria e a fome com mudanças políticas, sociais e econômicas mais profundas que sejam capazes de modificar as raízes estruturais da desigualdade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou relatar alguns conceitos sobre a Política Social e como essa política vem enfrentando profundos reajustes de conceitos, valores; e diante disso afirma-se que os referidos autores e a influência da tradição marxista propiciaram inesgotáveis argumentos quanto à explicação do que seja a política social no que se refere à produção e reprodução das relações sociais no sistema capitalista.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



O presente trabalho mostrou que as políticas sociais no período de 1964 a 1988, eram políticas de controle, seletivas, fragmentadas, excludentes e setorializadas e que após a Constituição de 1988, conquistas democráticas traçaram uma nova história para a política brasileira. Já no século atual essa política passa por profundas transformações, como foi exemplificado por meio da Política de Saúde, o Governo permitiu a abertura de setores para investimentos privados (privatizações) e de parcerias com iniciativas da sociedade civil (terceiro setor); contrariando, assim, o que está estabelecido na Constituição de 1988 que diz que o sistema de saúde é universal, gratuito, igualitário, e que é um direito de todos e dever do Estado.

Diante disso conclui-se, que na realidade o que existe não é um processo acabado, mas sim um contínuo movimento de interação entre uma política em mudança, uma estrutura de relações de grande complexidade e um mundo exterior não apenas complexo, mas, também, dotado de uma dinâmica cada vez mais acelerada; é nesse cenário movido a intensos conflitos e jogos de poder que a Política Social vai se firmando.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Educação pública e o serviço social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 63, v. 21, p. 62-75, jul. 2000.

ANDRADE, Denise Barbosa M. O processo de reestruturação produtiva e as novas demandas organizacionais do Serviço Social. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: CFESS/UnB, 2000. p. 175-186.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 35-48.

BEHRING, Elaine Rossetti. As reformas na Política de Assistência Social: da benemerência ao direito social, da solidariedade às parcerias entre o público e o privado. **Universidade e Sociedade**, Brasília-DF, ano X, n.22, nov. / 2000, p. 16-22.

FALEIROS, V. P. **O que é política social**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Primeiros Passos).

GENTILLI, Raquel. **Representações e práticas**. São Paulo: Veras, 2007.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas".

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



GOLDANI, Ana Maria. **As famílias brasileiras:** mudanças e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1994. p. 07-22. Caderno de Pesquisa 91, Fundação Carlos Chagas.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e Proteção Social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 71, v. 23, p. 102-121, set. 2002.

HELENA, Moara Monteiro Sant' *et al.* **Da Reforma Sanitária às Privatizações:** discutindo a saúde pública brasileira. In: Congresso Catarinense de Assistentes Sociais. De 22 a 24 de agosto de 2013, Florianópolis, SC. Disponível em <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Da-Reforma-Sanit%C3%A1ria-%C3%A0s-Privatiza%C3%A7%C3%B5es-discutindo-a-sa%C3%BAde-p%C3%BAblica-brasileira.pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis** - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS. Brasília: Graffine, ano II, n. 3, p. 09-32, jan./jun. 2001.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da Nação:** Balanço do governo FHC. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

PAYÁ, Roberta, Terapia Familiar. In: DIEHL, Alessandra; CORDEIRO, Daniel C.; LARANJEIRA, Ronaldo. (Orgs). **Dependência Química**. Porto Alegre, Artmed, 2011. p. 319-327.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Tendências e perspectivas do Sistema de Proteção Social Contemporâneo. In: **Seminário de Políticas Sociais:** Desafios Contemporâneos. Campina Grande - PB, maio/ 1998 (Fita Transcrita).

_____. **Política Social:** temas e questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Política Social - História**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e global:** limites e desafios da participação cidadã. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, Evaldo. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XVIII, n.º 53, março de 1997, p. 67-73.